

SALUZINHO E A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS

“**E**ram cinco horas da manhã, mais ou menos. Eu já estava levantando quando ouvi um batido de animal e alguém chamando do lado de fora. Abri a porta um tiquinho e olhei. Eu estava nu da cintura pra cima. Era uma turma de homens a cavalo. O que estava na frente perguntou:

— Você é o tal Saluzinho?

— Sim, tá falando com ele mesmo.

Daí eu só ouvi o barulho. Pulei pra trás e foi aquele pipoco só. O pau da porta ficou todo esbagaçado...” (SALUZINHO, 1967).

Assim começa uma das mais incríveis histórias de grilagens de terras no Norte de Minas e também a heróica resistência de um lavrador que ousou enfrentar o poder do latifúndio. A sua luta emocionou. E ele virou uma espécie de lenda no sertão das Minas Gerais.

Salustiano Gomes Ferreira, filho de posseiro pobre, nasceu no ano de 1917, no lugarejo de Limoeiro, próximo de Campo Redondo, então distrito de Varzelândia, Minas Gerais. Desde muito cedo ganhou o apelido de “Saluzinho”,

por ser franzino e de pequena estatura. Frequentou a escola apenas seis meses porque não havia professor no lugar. O único professor que ensinava a todos naquela região, Antonio Coelho Cavalcanti, fora assassinado a mando da família do fazendeiro Antônio Antunes. Jamais foram esclarecidos os motivos desse crime. A escola fechou as portas e Saluzinho aprendeu apenas a escrever o nome. Foi a primeira vitória do latifúndio sobre aquela pobre figura que acabava de ingressar na escola da vida, mas não tardou a entender a diferença que existe entre a classe dominante e a classe dominada.

Ainda jovem, foi atraído pelas notícias que vinham do Sul do País. Diziam que no Estado do Paraná tinha terra em abundância e de boa qualidade para quem quisesse trabalhar. Para lá se foi Saluzinho, em busca de um sonho – o de ter melhores condições de vida. No município de Loanda, no Noroeste do Paraná, pela orientação de alguns amigos, instalou-se numa pequena posse de terras. Depois de alguns anos de trabalho duro, deu para construir uma pequena casa e constituir família.

Porém, quando parecia tudo tranqüilo, alguém reivindicava a posse daquelas terras. Esse alguém, segundo ele, era muito poderoso, porque este nunca apareceu naquele lugar, mandava sempre jagunços e policiais trazendo recados e ameaças. Até que um dia, não agüentando mais as humilhações e os desaforos, decidiu reagir, acertando dois jagunços. Posteriormente descobriu que um deles era policial. Cumpriu quatro anos de cadeia no Estado do Paraná. Quando foi libertado, não encontrou mais nada do que possuía. Tomaram-lhe tudo. Desiludido do Sul, sem nada, decidiu voltar para a terra natal e retomar a esperança.

A caça aos comunistas

Ao chegar nas terras de seu pai, Saluzinho descobriu que as coisas não andavam bem. Seu pai tinha acabado de falecer e a sua terra estava parcialmente invadida por um “grileiro” conhecido como José Milo. Esse cidadão, que desempenhava também a função de agrimensor, já havia expulsado e se apropriado das terras de diversas famílias de posseiros nos municípios de Itacarambi e Manga. Além disso, corria o boato de que aquela região estava infestada de comunistas. Todo mundo tinha medo do comunismo, mesmo sem saber o que isso significava.

Vale lembrar que nos anos 50 do século passado, na vasta região do Jaíba, Norte de Minas Gerais, um território de difícil acesso, as terras devolutas do governo atraíam centenas de posseiros pobres que procuravam se estabelecer nos terrenos públicos. A solidariedade que existia entre eles intrigava os poderosos.

Em Brasília, nos anos 1960, os militares comandavam o governo com mão-de-ferro, após terem expulsado do país o presidente João Goulart. O clima estava tenso, nada favorável para os posseiros pobres. Entre os ruralistas, o clima era de festa. Os grandes

fazendeiros, que haviam apoiado o golpe militar, se proclamavam vitoriosos na luta contra o comunismo. Em princípio, todo posseiro pobre era visto como subversivo.

Bem pertinho da Jaíba, em Cachoeirinha, hoje Verdelândia, o coronel Georgino Jorge de Souza, então comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, defendendo interesses seus e de outros grileiros, havia consumado uma das maiores e mais violentas expulsões de posseiros de que se tem conhecimento em Minas Gerais. Cumprindo uma polêmica ordem de despejo prolatada por um juiz de paz da cidade de São João da Ponte, conhecido como Juquinha da Ponte, foram cometidas diversas atrocidades contra mais de duzentas famílias de posseiros, na sua maioria negros, que viviam historicamente entre as margens dos Rios Arapuim e Verde Grande, nos municípios de São João da Ponte e Varzelândia.

Foi justamente em setembro de 1964 que o folclórico Juquinha da Ponte, cujo nome de batismo era José Fernandes Aguiar, pôs bizarramente sua assinatura ao processo número 114, do cartório do segundo ofício daquela comarca. A ação de manutenção de posse favorecia aos “fazendeiros” Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel Sales, dois cidadãos que jamais tiveram um pedaço de terra na fazenda Arapuá. Nessa propriedade viviam os posseiros, que foram barbaramente expulsos e alguns até assassinados.

O principal líder dos posseiros, o “preto velho” Martim Fagundes, foi o primeiro a ser eliminado, na cidade de Janaúba, quando se deslocava para pedir apoio na capital do Estado. Martim foi fuzilado friamente por um pistoleiro capixaba, em troca de quinze mil cruzeiros, pagos pelo fazendeiro Valdir Alves Coutinho. O pistoleiro chegou a ser preso, porém, fugiu alguns dias depois.

Todavia, foi precisamente em 1967 que se consumou no Norte de Minas o grande despejo de posseiros sob o comando da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Foi montado um verdadeiro aparato de guerra. Jipes da corporação foram utilizados para destruir os casebres, que, em seguida, eram incendiados, juntamente com todos os pertences. A multidão de escorraçados atravessou o Rio Verde, onde permaneceu acampada debaixo de árvores, apenas com a roupa do corpo.

Cerca de cinqüenta crianças morreram em decorrência de um surto de sarampo, sem qualquer atendimento médico. As terras pertencentes a essas famílias foram, posteriormente, divididas entre diversos fazendeiros da região, inclusive, o próprio coronel Georgino Jorge de Souza, advogado e executor da malfadada ordem de despejo.

Em 1983, por pressão de um grupo de posseiros de Cachoeirinha, encorajados pela nova ordem política e pelo fim da ditadura militar, o governador Tancredo Neves desapropria a Fazenda Caitité, localizada na margem esquerda do Rio Verde, de propriedade do coronel Georgino Jorge de Souza. O imóvel foi devolvido aos verdadeiros donos, cerca de 40 famílias de posseiros, que deram à propriedade o nome de “Nova União”.

Na mesma época, do outro lado do Rio Arapuim, na região de Morro Preto, o fazendeiro Abelard Câmara, proprietário da fazenda Bom Jardim, no município de São João da Ponte, expandia seus domínios sobre as terras de diversas famílias de antigos posseiros descendentes de escravos. Os que tentaram resistir foram brutalmente espancados por um bando, misto de policiais e jagunços, comandado pelo capitão José Hilton, da Polícia Militar. A denúncia foi feita através de carta assinada pelos posseiros espancados: José Ferreira da Silva, Joaquim Ferreira Lima e Juvêncio Fernandes de Souza. A mesma car-

ta foi enviada ao jornal “Diário de Montes Claros”, em outubro de 1967.

Um líder nato

Saluzinho não se conformava com o que havia acontecido com as terras do seu pai e de seus amigos da fazenda Arapuá. Sabia que não podia fazer muita coisa, pois não tinha a quem recorrer, muito menos possuía recursos para viajar até a capital do estado para denunciar o que estava ocorrendo naquele longínquo e inóspito lugarejo. Apesar de ser um homem simples, era esclarecido e conhecedor de seus direitos. Seus comentários chegavam com facilidade e credibilidade aos ouvidos dos posseiros e dos fazendeiros. Colhia a simpatia dos pobres e o ódio dos latifundiários.

A situação dos pequenos trabalhadores rurais da região, que já não era das melhores, agravou-se ainda mais quando Saluzinho decidiu tomar as dores do posseiro Manoel Teço, que reclamou do fazendeiro Oswaldo Antunes o fato de que sua pequena posse estava sendo invadida por empregados dele. Por causa disso, Manoel Teço foi brutalmente espancado pelo jagunço de nome Jerônimo, “vaqueiro” do fazendeiro. Até mesmo o filho e a mulher de Manoel Teço, que saíram em seu socorro, foram pisoteados e chicoteados pelo jagunço. Naquele dia, Jerônimo mandou um recado para Saluzinho. A próxima vítima seria ele, que tinha fama de valente e defensor de comunistas. Vários posseiros da área já haviam “perdido” suas terras. Saluzinho sabia que a qualquer hora também poderia acontecer a mesma coisa com ele.

De fato, isso não tardou a ocorrer.

Naquela madrugada de outubro de 1967, o tempo ainda escuro, quando Saluzinho abriu a porta de seu barraco para atender a quem chamava, foi recebido à bala por misteriosos chegantes. Instintivamente, ele se protegeu no beiral da porta do rancho, que ficou todo esti-

lhaçado por vários disparos seguidos. Ao alcance da mão do posseiro, atrás da porta, estava a sua garrucha de dois canos, “papo amarelo”, carregada de chumbo para enfrentar qualquer emergência das atividades campesinas. Não teve dúvida. Abriu fogo na direção dos agressores e, mesmo sem firmar pontaria, acertou o braço de quem estava à frente do grupo. Com o segundo tiro quase simultâneo, acertou outro indivíduo, que caiu do cavalo. Nessa hora, a sorte parecia estar do seu lado, pois um revólver calibre 38 de um dos agressores acabava de cair aos seus pés, na entrada da porta. Imediatamente, puxou o gatilho da arma. Foi o suficiente para que os desafetos saíssem em debandada, alguns a pé, socorrendo os que estavam feridos.

Cessado o tiroteio, e já sob o clarão do dia, Saluzinho avistou dois cavalos arreados pastando perto de sua casa. Apossou-se dos animais e mandou entregá-los ao delegado de polícia “ad hoc” do distrito de Jaíba, solicitando providências contra os bandidos que o atacaram. Horas depois, no distrito de Jaíba, vários posseiros davam a notícia de que Saluzinho havia atingido um pistoleiro conhecido como João Brejeiro, empregado da fazenda, e um policial militar conhecido como Cabo Barral.

Os posseiros puseram-se em oração, enquanto Saluzinho, são e salvo, procurava uma estratégia de defesa, pois tinha certeza de que os agressores não tardariam a voltar. Pensou até em aguardar o enfrentamento no mesmo barraco, mesmo sabendo que não teria chance alguma. Sem tempo a perder, aconselhado por outros posseiros, decidiu ficar de tocaia numa gruta existente nas proximidades e aguardar o novo ataque.

A tortura

Não passaram 24 horas e os agressores retornaram à casa de Saluzinho. Só que, desta vez, todos eles estavam vestidos com a far-

da da Polícia Militar e fortemente armados. No local, não encontraram ninguém. A mulher e os dois filhos do posseiro haviam se dirigido para a casa de um vizinho. A Polícia foi prendendo quem encontrasse pela frente, sob a alegação de que todos os posseiros eram subversivos. Alguns deles foram espancados, simplesmente porque não sabiam onde estava Saluzinho. 16 trabalhadores foram detidos e conduzidos para o 10º Batalhão de Montes Claros.

Não demorou muito tempo para que a mulher e os filhos de Saluzinho fossem encontrados na casa onde se refugiaram. Os “militares” deram início, então, à operação mais brutal. Na presença dos filhos e de alguns posseiros, quiseram obrigar a mulher a dizer onde o seu marido estava escondido. Por ordem do tenente Petrônio, ela foi despida e pendurada de cabeça para baixo, em um pé de umbuzeiro. Em seguida, com uma vara de feijão andu, ela foi açoitada barbaramente até sangrar, enquanto seus filhos pequenos eram obrigados a comer feijão misturado com terra.

Sem conseguir arrancar da mulher uma palavra sequer, os “militares” partiram para a tortura ainda mais repugnante e covarde. Queimaram a ponta dos seus seios com cigarro e introduziram a ponta de uma vara em seu ânus. Neste momento, um dos posseiros detidos, não suportando assistir à cena, informou aos policiais onde se encontrava a “fera” procurada. Meses depois do triste episódio, em consequência das torturas de que foi vítima, dona Dúlcia, com apenas 42 anos de idade, faleceu nas mãos do doutor Pedro Martins, último médico que a atendeu.

A heróica resistência

Saluzinho levou para dentro da gruta a garrucha com alguma munição, o revólver 38, com apenas duas cápsulas, e uma cabaça cheia d'água. O esconderijo, distante aproximada-

mente 500 metros do rancho, não era muito espaçoso, porém, o suficiente para que uma pessoa oferecesse alguma resistência. A chegada da tropa foi com gritaria e rajadas de metralhadoras para dentro da caverna. A ordem era matar exemplarmente aquele comunista que ousava desfiar o poder do latifúndio.

As balas ricocheteavam na rocha e estilhaçavam as pedras, sem que houvesse qualquer sinal de resistência vindo de dentro. A primeira baixa de Saluzinho foi a cabaça d'água, que não resistiu aos estilhaços de balas. Sem nenhuma reação do encurralado, os “militares” imaginaram que ele já poderia estar morto. O próprio tenente Petrônio foi se certificar disso, acompanhado por mais dois policiais, com lanternas e armas em punho. Antes de adentrarem, mais uma forte rajada de balas foi disparada para dentro da cavidade.

Ao primeiro passo dos “militares” dentro da gruta, Saluzinho respondeu com um tiro de garrucha, acertando em cheio o pescoço do tenente Petrônio. Correria total no local, pois a “fera” estava viva. A notícia corria entre os que ficavam do lado de fora, informando que o perigoso bandido havia feito mais uma vítima e se encontrava encurralado pela polícia numa toca de pedras. O tenente Petrônio, do destacamento de Manga, ferido, foi conduzido para Montes Claros, de onde foi solicitado reforço policial, além de barracas de lonas e armas de grosso calibre.

Enquanto isso, gasolina era derramada dentro da gruta e incendiada, produzindo muita fumaça e chamas de grandes proporções. Ante o silêncio que vinha de dentro da caverna, a cada nova tentativa de aproximação dos policiais, ouvia-se um disparo de garrucha: era sinal de que Saluzinho ainda estava vivo.

Passaram-se dois dias e duas noites quando chegou o reforço policial de Montes Claros, trazendo um arsenal ainda mais pesado, inclusive, várias bananas de dinamite. O “fe-

roz comunista” deveria ser sepultado dentro daquela tumba de pedras, para que servisse de exemplo aos demais, era essa a determinação dada aos policiais. As explosões provocavam estrondos que se ouviam a longas distâncias. As paredes da gruta resistiram, quase intactas, mas os tímpanos de Saluzinho, não. Apesar disso, ele continuava sobrevivendo.

Ante essa inexplicável resistência humana, a ordem do comando do grupo de policiais, então, era para não deixar o acuado dormir. A cada instante, tiro eram disparados para dentro da gruta. O forte aparato policial utilizado na operação já chamava a atenção da imprensa nacional e a opinião pública, a esta altura, queria saber quem era aquele homem encurralado. De Belo Horizonte, no quinto dia de cerco, foi destacado um comando especial do DOPS para atender a uma solicitação de ajuda feita pela Polícia Militar de Manga, dando da existência de uma perigosa célula comunista, que estaria implantando a resistência armada na região Norte e enfrentando as forças públicas. Para acompanhar o caso, foi deslocado um grupo de aproximadamente quarenta homens, chefiado pelo então delegado Thacir de Menezes Sia.

Com este delegado, veio também um lançador de bombas de gás, a arma que todos os policiais esperavam. Várias bombas de gás foram lançadas para dentro da gruta, para forçar a saída do inimigo. Nem mesmo essa estratégia surtiu efeito, pois ainda se ouviam disparos vindo do interior da gruta. Diante da repercussão da operação junto à opinião pública, contando já com a presença da imprensa no local, por determinação do delegado do DOPS foram iniciadas as negociações para que Saluzinho se entregasse vivo.

De posse de um megafone, o Capitão Pereira, um dos comandantes da operação, solicitou que o posseiro depusesse as armas e saísse da gruta com as mãos para o alto. Novo

disparo indicou que ele não confiava na Polícia Militar e não estava disposto a morrer sem luta. Em seguida, já por volta do meio-dia, o delegado Thacir Menezes Sia, de megafone em punho, apresentou-se para Saluzinho, dizendo que estava ali por ordem do governo especialmente para salvar a vida dele e que ele podia sair com as mãos para cima, sem armas, pois garantiria a sua integridade física. Menezes repetiu a mensagem por mais de uma vez, afirmando que havia assumido o comando da operação.

Depois de longo silêncio, o momento tão esperado pelos que assistiam ao episódio do lado de fora, aconteceu. Saluzinho apareceu na porta da gruta, esquelético, debilitado pelas noites sem dormir, pela fome e pela sede. De branco, somente sobressaía em seu rosto a borda dos olhos, pois estava totalmente coberto de fumaça e fuligem de carvão. A “fera humana” estava, finalmente, capturada e indefesa, assustada diante de tantas armas que eram apontadas em sua direção. Um médico que se aproximou para examinar Saluzinho quase vomitou com o cheiro de gás que exalava de seu corpo. Perguntado se estava sentindo alguma coisa, o posseiro respondeu prontamente que sentia fome e sede.

A notícia da prisão de Saluzinho se espalhou rapidamente e despertou a curiosidade da população. Por onde passava o comboio escoltando a presa para Montes Claros, o povo se aglomerava nas ruas para ver a cara do homem. Estava definitivamente consumada mais uma vitória do latifúndio. Com Saluzinho preso, não havia mais obstáculos para a consolidação das grandes grilagens que selaram a história da ocupação de terras no Norte de Minas.

O longo calvário nas prisões

Terminada a resistência, começaram os inúmeros interrogatórios e uma longa história de sofrimento pelas cadeias do Estado de Minas

Gerais. Inicialmente, Saluzinho ficou quase quatro meses numa cela do 10º Batalhão de Montes Claros. No Décimo, o posseiro foi interrogado por diversas “autoridades”, pois a opinião pública queria saber se “aquele comunista” pertencia a algum grupo subversivo organizado. Ao interrogatório feito pelo promotor Luiz Gonzaga de Barros, Saluzinho respondeu da seguinte forma:

— O senhor está consciente? Sabe o que é consciência?

— Minha consciência está limpa.

— O senhor está preocupado?

— Muito preocupado. Com as crianças, com a mulher, com a roça, com os bichos.

— O senhor sabe o que é IBRA?

— Não, senhor.

— O senhor sabe a diferença entre crime doloso e culposos?

— Não, senhor.

— O senhor sabe o que é comunismo e subversão?

— Não, senhor.

— O senhor atira bem?

— Sou caçador desde menino.

— Como é que o senhor tinha tantas armas?

— Eu tinha uma garrucha que comprei por trinta contos. Hoje tá valendo uns quarenta.

— O senhor sabe em quem atirou lá de dentro da gruta?

— Não, senhor.

— O senhor sabe que atirou em policial?

— Não, senhor. A cor dele era igual a do Jerônimo.

Após os inúmeros interrogatórios em Montes Claros, Saluzinho foi conduzido para a cadeia pública de São João da Ponte, onde permaneceu por mais de dois anos, sem comunicação alguma com a sua família, nem com advogados. Quando esperava ser libertado devido ao

bom comportamento que mantinha na prisão, apareceu um sargento que se chamava Afonso que, por duas vezes, atentou contra a sua vida. O posseiro levou o fato ao conhecimento do juiz da Comarca que, por sua vez, prometeu transferi-lo para Januária. Temendo ser atacado enquanto dormia, Saluzinho preparou um “chucho” com o cabo de seu inseparável rádio de pilhas e o manteve escondido dentro da cela.

Um dia, provocado pelo referido sargento com um forte tapa no rosto, e percebendo a intenção do homem, atracou-se com ele em luta corporal, furando-o na região da barriga. Salvo por pessoas que ajudaram a apartar a briga, o posseiro foi imediatamente transferido para a cela número um do DOPS, em Belo Horizonte, onde estavam trancafiados diversos presos políticos, 18 ao todo.

Um *habeas corpus* impetrado no Tribunal de Justiça, em Belo Horizonte, foi negado pelo desembargador Laire Santos, que, coincidentemente, havia sido juiz de Direito em Montes Claros e era amigo declarado do fazendeiro Oswaldo Antunes. Saluzinho deveria ser julgado pela Justiça Militar, na 4ª Região Militar de Juiz de Fora, pois seu “crime” foi enquadrado como sendo de natureza política.

No DOPS, Saluzinho não demorou a fazer amizade com os colegas de cela. Os presos, em sua maioria, de formação superior, nutriam por ele uma profunda simpatia e respeito. Os “detentos” ficavam encantados com as histórias do camponês e sua luta pelo direito à terra. Não entendiam porque estava ali como preso político, quando deveria estar sob a custódia da justiça comum. De qualquer forma, todos procuravam algum meio de ajudar Saluzinho, inclusive, no desenvolvimento da escrita e da leitura.

O primeiro livro que Saluzinho leu, com a ajuda dos companheiros de cela, foi “Grande Sertão Veredas”, de Guimarães Rosa. Ficou encantado, como se estivesse dentro do pró-

prio livro. Após essa leitura não se separou mais dos livros. Fazia muitas perguntas a respeito do que lia e do que ouvia pelo rádio, e nunca ficava sem resposta. Com isso, Saluzinho ampliou em muito seus conhecimentos e adquiriu formação política.

Um dos presos, à época, o acadêmico da UFMG, José Afonso Alencar, presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena, então militante da AP, conseguiu se comunicar com um advogado, através de recado levado por um policial, informando-lhe de que na cela um estava preso uma pessoa extremamente interessante e que no seu entendimento não se tratava de preso político comum. Relatou, ainda, que Saluzinho era um homem absolutamente íntegro, honesto, probo, e que vivia de acordo com os ditames de sua consciência. Segundo o acadêmico, mesmo iletrado, Saluzinho sabia - por intuição e inteligência - até onde ia o direito dele e começava o direito dos outros; seu sentido de justiça ele transmitia a todos os presos.

Alguns reclusos, ao serem transferidos do DOPS, choravam ao se despedir de Saluzinho; dentre eles, José Carlos da Mata Machado (morto posteriormente em tortura), Antônio Joaquim Gomes (desaparecido), o estudante de medicina Carlos Melgaço. Outra cela, estavam o jornalista Tito Guimarães e o deputado cassado Dazinho, dentre outros.

Atendendo a pedido dos presos – amigos e clientes -, o advogado Flávio Antonio Carneiro Carvalho decidiu interceder por Saluzinho. Inicialmente, o profissional teve grande dificuldade de se comunicar com o posseiro, devido ao seu alto grau de surdez. No entanto, percebeu de pronto que se tratava de um preso comum, uma pessoa de raro valor e que estava sofrendo horrores naquela prisão.

Nos tribunais, o advogado concluiu que o processo de Saluzinho estava totalmente “viciado” e sem qualquer andamento. Imediata-

mente, ingressou com novo pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal. Em uma semana, o advogado recebeu um telex de Brasília informando do deferimento do seu pedido. No entanto, ao apresentar o telex ao diretor do DOPS, Davi Azan, este se recusou a liberar o preso, informando que o faria somente mediante a apresentação de um alvará de soltura. O alvará foi então requerido junto ao Tribunal de Justiça, de Belo Horizonte, sendo lavrado o competente termo, imediatamente, por determinação do próprio presidente do Tribunal, Erotides Diniz.

Saluzinho está vivo

Enquanto permaneceu preso, incomunicável com seus familiares, o próprio fazendeiro Osvaldo Antunes e alguns policiais se encarregaram de divulgar em toda a região que Saluzinho havia morrido. Para que a ganância do latifúndio se consolidasse, era necessário apagar da memória dos demais posseiros, a figura daquele que era a principal liderança dos pequenos proprietários e que ousou questionar a nova ordem política no país.

Lembro-me de que, em meados de 1980, quando me interessei pela história de Saluzinho, as pessoas com quem eu conversava afirmavam que ele havia morrido. Mesmo aqueles que fizeram uma bela e justa homenagem a ele, através da música, os membros do saudoso grupo Agreste, afirmavam a sua morte. Para as crianças, espalhou-se a idéia de que Saluzinho era mau. Não raras vezes se ouvia uma mãe dizer para o filho entrar para dentro de casa “porque Saluzinho poderia aparecer”.

Saluzinho foi transformado em um fantasma maligno. Até mesmo o ilustre jornalista Felipe Gabrich, que teve a coragem de levantar a voz através de poucas letras publicadas no “Diário de Montes Claros”, no momento em que Saluzinho permanecia encurralado, tinha

dúvida sobre o seu destino. Gabrich desafiou o latifúndio ao questionar a brutal repressão sobre aquele humilde trabalhador que só queria ter o direito de amansar a terra.

Todavia, após sair da prisão, Saluzinho perambulou pelo Norte de Minas, absolutamente sem possuir coisa alguma. Estabeleceu-se numa pequena posse de terras devolutas, às margens do Rio São Francisco, no município de Itacarambi. Não tardou muito tempo, chegou à sua “fazendinha” o latifundiário-grileiro conhecido como Almerindo, que “tomou-lhe” a posse, juntamente com toda a madeira que acabara de tirar para vender e para construir a sua moradia.

Novamente sem nada, Saluzinho abrigou-se no sítio do seu amigo Osmar, próximo à cidade de Itacarambi, onde plantou uma pequena lavoura. Estava com uma bela roça de milho, arroz e mandioca, até que o fazendeiro, João Martins, conhecido como Martinzão, decidiu engordar o seu gado na lavoura dos outros. Cortou a cerca e repontou o gado para dentro da área, destruindo toda a lavoura plantada por Saluzinho.

Após a reconstrução da cerca, apareceu na “fazenda” um jagunço do Martinzão, dizendo que ele próprio iria cortar o arame novamente, cumprindo ordem do “Patrão”. Houve discussão e, ante o ataque do agressor com um facão, Saluzinho atingiu-lhe com um tiro de espingarda, ferindo-lhe o braço. Após quase dois meses, foi preso e conduzido para a cadeia pública de Januária, onde permaneceu recluso, completamente abandonado.

Um belo dia, surgiu na cadeia o advogado Aristeu, que ali fora visitar um cliente detido, tendo reconhecido a pessoa de Saluzinho. Comovido, impetrou um *habeas corpus* em favor daquele homem, a esta altura já velho e debilitado. E conseguiu, desta vez, sua última liberdade.

Após esse fato, Saluzinho ainda viveu alguns anos entre as cavernas do Rio Peruaçu na região de Fabião, em Januária, retirando madeira para cercas e vendendo para alguns fazendeiros. Foi nesse local que consegui encontrar-me com Saluzinho, muito desconfiado e totalmente surdo, em meados dos anos 80. Hoje, essa região compõe o Parque Nacional do Peruaçu. Saluzinho trabalhou ainda, precariamente, nos últimos anos de vida para o fazendeiro José de Paula, em Itacarambi. Velho e doente já não assustava

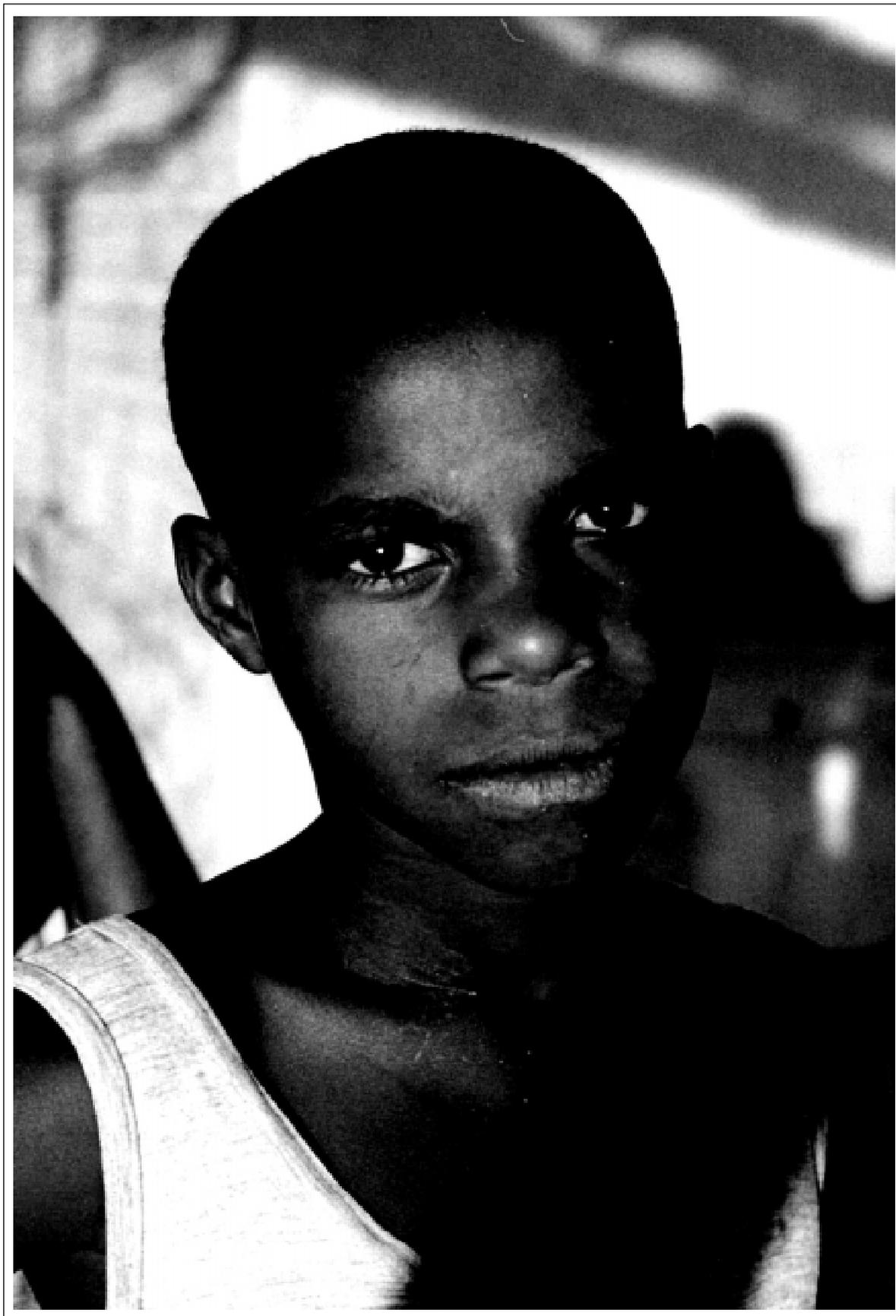
mais ninguém. Recebeu ainda em vida uma homenagem da Câmara Municipal de Montes Claros, proposta pelo Vereador José Paulo.

Morreu em Itacarambi, no dia 13 de fevereiro de 1990, na miséria, sem terra e sem nada, levando consigo o sonho da reforma agrária. No mesmo mês, morria também o “Jornal de Montes Claros”, de propriedade do seu maior algoz. Avisado de sua morte, o saudoso “Jornal do Norte” prestou-lhe uma merecida homenagem, mais uma vez, das mãos do jornalista Felipe Gabrich.

Elisa Cotta



Coquinho azedo



Criança gurutubana da comunidade de Taperinha – Pai Pedro – MG